

LISBOA

PORTO

FUNCHAL

SÃO PAULO

LUANDA

MAPUTO

PRAIA

MACAU

DILI

SÃO TOMÉ

RFF

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
& ASSOCIADOS

Conferência sobre a Arbitragem Tributária ISCAL / CAAD / APIT

18 Dezembro 2012

✱

“Arbitragem Tributária: Os novos Prazos, a Cumulação de Pedidos e a Coligação de Autores”

por

Rogério M. Fernandes Ferreira
(Advogado)

Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (RJAT):

- L 3-B/2010, 28/04 (OE 2011-AL)
- DL 10/2011, 20/01 (RJAT)
- P 112-A/2011, 22/03 (vinculação AT)
- L 64-B/2011, 30/12 (alterações)
- L 20/2012, 14/05 (alterações)
- PL 103/XII (aditamento ao OE 2013)



Sumário:

- 1. Prazos
- 2. Cumulação de Pedidos
- 3. Coligação de Autores
- 4. Conclusões



1. Prazos:

- A arbitragem tributária enquanto “meio alternativo” da impugnação judicial:
 - liquidação
 - autoliquidação, retenção na fonte e pagamento por conta, precedidos de via administrativa
 - determinação da matéria tributável ou colectável, sem liquidação posterior, nem métodos indirectos
 - fixação de valor patrimonial



1. Prazos (cont.):

- Prazos idênticos aos da impugnação judicial – 90 dias...
 - do pagamento voluntário
 - da citação do responsável subsidiário
 - do indeferimento tácito
 - do recurso hierárquico
- Excepção 1 - 90 dias (e não 15) ... em caso
 - de indeferimento da reclamação graciosa



1. Prazos (cont.):

- Exceção 2: 90 dias (e não 30) ... em caso
 - de autoliquidação
 - de retenção na fonte
 - de pagamento por conta
 - e sempre precedidos de via administrativa
- Exceção 3: 30 dias (e não 90) ... em caso
 - de fixação de valores patrimoniais
- Prazos especiais ? *Vg.* CIRS, art. 140º



1. Prazos (cont.):

- Contagem dos prazos, no RJAT:
 - CPA no procedimento arbitral e CPC no processo arbitral (aditamento art. 3º-A RJAT e Capítulos II e III do RJAT)
- Contagem dos prazos, no CPPT e LGT:
 - CC no procedimento (administrativo) tributário e impugnação judicial e CPC no processo judicial (tributário)
- Constituição do Tribunal arbitral como início do processo arbitral: 10 dias ...
 - após a notificação da designação dos árbitros (aditamento n.ºs. 7 e 8 do art. 11º RJAT)



1. Prazos (cont.):

- Prazos de constituição do tribunal arbitral (90 e 30 dias) suspensos sábados, domingos e feriados (CPA)?
- Aceitação pelo presidente do CAAD como início do procedimento arbitral
- Prazo de 30 (ex 20) dias para revogar, ratificar, reformar ou converter ou praticar acto substitutivo conta-se nos termos CPA (novo art. 13º, nº 1, parte final RJAT) ou CPC ?
- Limite temporal para a decisão arbitral de 6 meses, ainda que prorrogável por sucessivos períodos de 2 meses, com limite de + 6 meses
- Férias judiciais – remissão para CPC: suspensão em férias judiciais dos prazos processuais \leq 6 meses (aditamento 17º-A) RJAT



2. Cumulação de Pedidos:

- No CPPT, possibilidade de cumulação de pedidos judiciais (e administrativos) desde que *tripla* identidade:
 - identidade (de natureza) do(s) tributo(s) (*v.g.* não IRC e IVA)
 - identidade dos fundamentos invocados, de facto e de direito
 - identidade do (órgão ou) tribunal competente



2. Cumulação de Pedidos (cont.):

- No RJAT, possibilidade de cumulação de pedidos de pronúncia arbitral:
 - mesmo em relação a diferentes actos/tributos (*v.g.* IRC e IVA)
 - e desde que mesmas circunstâncias de facto e com interpretação e aplicação de mesmos princípios ou regras de direito



2. Cumulação de Pedidos (cont.):

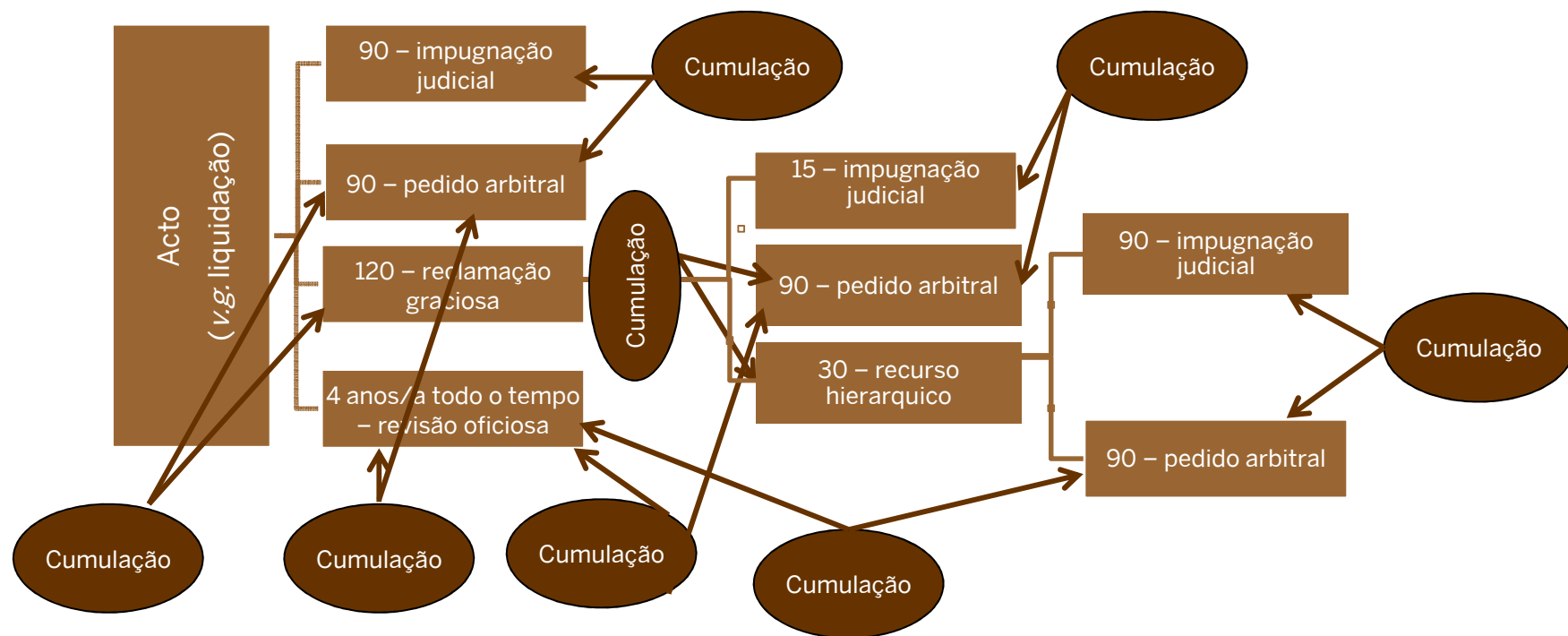
- Ainda no RJAT, possibilidade de cumulação de impugnação judicial e pedido arbitral:
 - mesmo em relação ao mesmo acto
 - e desde que com factos e fundamentos diversos



2. Cumulação de Pedidos (cont.):

- Também no RJAT, preclusão do direito de reclamação (graciosa), impugnação (judicial), revisão oficiosa e revisão da matéria colectável, se pedido arbitral com os mesmos fundamentos:
 - mas não, portanto, com fundamentos diferentes (de facto ou de direito)
 - e com os mesmos factos (aqui só fundamentos e não também factos) ? incongruência do legislador ?

2. Cumulação de Pedidos (cont.):





3. Coligação de autores:

- Regime idêntico ao da cumulação de pedidos, no CPPT e no RJAT
- Problemas idênticos ao da cumulação de pedidos, no CPPT e no RJAT
- No RJAT:
 - ex. 1: sujeito passivo e repercutido coligados
 - ex. 2: gerentes responsáveis tributários coligados contra IRC a IVA



4. Conclusões:

- Prazos discrepantes na arbitragem tributária com os meios (judicial) de que é alternativa
- Contagem diversa nos prazos do procedimento (tributário) arbitral (suspendem) e do procedimento (administrativo) tributário (seguidos)
- Contagem idêntica de prazos no processo arbitral e no processo judicial
- Identidade no regime dos prazos em férias judiciais (suspensão) no processo arbitral



4. Conclusões (cont.):

- Vantagens da arbitragem tributária face à impugnação judicial, na cumulação de pedidos e na coligação de autores:
 - cumulação é admitida mesmo sem identidade (de natureza) de tributos, desde que mesmas circunstâncias de facto e mesmos princípios e regras de direito
 - pedido arbitral não prelude impugnação judicial, com o mesmo objecto, desde que com fundamentos (e factos ?) diferentes
 - coligação é admitida, mesmo sem identidade (de natureza) de tributos, desde que mesmas circunstâncias de facto e mesmos princípios ou regras de direito



Obrigado !

rogeriofernandesferreira@rffadvogados.pt

Praça Marquês de Pombal 16 · 6º
1250-163 Lisboa · Portugal
T: +351 215 915 220 · F: +351 215 915 244
rffassociados@rffadvogados.pt
www.rffadvogados.pt
